



10252392



08084.001934/2019-14

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****Nota Técnica n.º 143/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ****PROCESSO Nº 08084.001934/2019-14****INTERESSADO: CGDS****1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se da análise da proposta e da habilitação da licitante AP PISCINAS EIRELI, CNPJ: 08.247.822/0001-30, no âmbito do Pregão Eletrônico Nº 26/2019 que visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização no âmbito deste Ministério da Justiça e Segurança Pública.

2. DA DILIGÊNCIA

2.1. Nos termos do artigo 43, § 3º da Lei n.º 8.666/1993, foram realizadas as Diligência nº 01 (10198055), 02 (10200450), 03 (10210792) e 04 (10218029), tendo em vista a necessidade de complementação das informações prestadas quanto à planilha de custo e formação de preços, as quais foram respondidas, conforme registros SEI nº 10198065, 10201584, 10202943, 10217303, 10220810).

3. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1. A área demandante, por meio da Nota Técnica n.º 38/2019/CGDS/SAA/SE/MJ (10237779), manifestou-se pela aceitação da proposta, entretanto quanto à habilitação técnica posicionou-se pela inabilitação:

Diante do exposto, não tendo sido possível certificar a veracidade da metragem informada no ACT, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, uma vez que não consta tal informação no Edital do Pregão Presencial nº 07.2017 (10246036) ou no Contrato nº 1394/2017, e que a "Planilha de levantamento das unidades Escolares" não pode ser reconhecida como um documento apto a comprovar a informação apresentada, conforme apontado no subitem 3.2.3 desta Nota Técnica, e, ainda, considerando que o serviço objeto do ACT emitido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte não compreendeu o fornecimento de materiais e equipamentos, verifica-se o não atendimento aos requisitos de habilitação exigidos no item 8.9.2.1.1 do Edital.

CONCLUSÃO

Ante os apontamentos registrados, decido pela aceitação da proposta da empresa AP PISCINAS EIRELI, CNPJ: 08.247.822/0001-30, em razão dos ajustes realizados em atendimento as Diligências nº 03 - AP PISCINAS (10210792) e a nº 04 - AP PISCINAS (10218029).;

Quanto aos requisitos de habilitação, considerando as inconsistências constantes nas informações dos atestados apresentados e seus respectivos contratos, considerando ainda, que não foi possível constatar o cumprimento da exigência de execução de serviços de limpeza com fornecimento de material de consumo e demais equipamentos em área de igual ou superior a 50% da Área Interna total do objeto, conforme exige subitem 8.9 do Edital, decido pela inabilitação da empresa AP PISCINAS EIRELI, CNPJ: 08.247.822/0001-30.

4. DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

4.1. No que tange à habilitação jurídica e de regularidade fiscal, segue análise:

ITEM DO EDITAL	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	SEI
8.1.1	SICAF	Atendido	10189473
8.1.2	CEIS		
8.1.3	CNIA		
8.1.4	Lista de Inidôneos/TCU		
Habilitação Jurídica			
8.6	Contrato Social	Atendido	10189286
Regularidade Fiscal e Trabalhista			
8.7	SICAF- Nível III	Atendido	10189473

4.2. Quanto à habilitação econômica-financeira, a licitante apresentou os seguintes documentos:

Qualificação econômico financeira		
8.1.1	Certidão Negativa de Falência	10189286
8.8.2	Balanço patrimonial	10189286
8.8.3	Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um)	10189286
8.8.5.1	CCL ou CG de no mínimo 16,66% do valor estimado para a contratação	10189286
8.8.5.2	Patrimônio Líquido de 10% do valor estimado da contratação	10189286
8.8.5.3	Declaração da relação de compromissos assumidos (Anexo III do Edital)	10189286
8.8.5.4	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	10189286
8.8.5.5	Justificativa DRE	10189286

4.2.1. Em que pese a apresentação de toda documentação elencada no Edital, após diligência no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Formosa (<https://www.formosa.go.gov.br/>), especificamente no Acesso à Informação - Contratos, detectamos inconsistências na Declaração de Contratos Firmados apresentado pela licitante (10253424). Além do referido documento não possuir as informações do pregão nem estar datado, observamos que há contrato vigente com a citada prefeitura não indicado na Declaração.

4.2.2. Na pesquisa realizada, retirou-se o Relatório de Contratos acostado ao SEI nº 10253317. No referido relatório consta em vigor o Contrato nº 876/2019, assinado entre a licitante e o Fundo Municipal de Educação, no valor total de R\$ 1.205.958,00 (um milhão, duzentos e cinco mil novecentos e cinquenta e oito reais), com vigência de 09/09/2019 à 08/09/2020, publicado em 09/09/2019, conforme SEI nº 10253373.

4.2.3. No caso em tela, é possível inferir que se trata de omissão substancial, ou seja, a omissão de contrato vigente refere-se ao objeto principal da Declaração, prejudicando o conteúdo essencial do documento, inviabilizando seu adequado entendimento. Com efeito, não é juridicamente viável a realização de diligência tendente a sanear irregularidade essencial de determinado documento, alterar a substância das propostas ou documentos de habilitação ou, ainda, acarretar na juntada de documento ou informação que, originalmente, deveria constar da proposta (Acórdãos TCU nº 4.650/2010-1ª Câmara, nº 300/2016-Plenário, nº 1.612/2010-Plenário e nº 918/2014-Plenário).

5. CONCLUSÃO

5.1. Diante da análise empreendida, respaldada pela análise da área demandante, esta pregoeira manifesta-se pela inabilitação da empresa AP PISCINAS EIRELI, CNPJ: 08.247.822/0001-30.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Chefe da Divisão de Licitações**, em 18/11/2019, às 12:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10252392** e o código CRC **5296EC35**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.